

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E AS COMPLEXIDADES DE UMA SOCIEDADE DE CLASSES E RACIALIZADA: DESENVOLVENDO UMA ANÁLISE CRÍTICA E ÉTNICO-RACIALMENTE REFERENCIADA SOBRE A REALIDADE ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR FRENTE A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

JOÃO VICTOR DE OLIVEIRA ARAUJO¹

JANNAY ROSLAYNE MENDES²

RESUMO

O presente artigo aborda a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação, explorando seus impactos no contexto estudantil e suas relações com a questão étnico-racial. Baseando-se em dados sistematizados pela CTT de Curricularização da Extensão da ABEPSS com as Unidades de Formação Acadêmica em Serviço Social, este trabalho tematiza sobre a necessidade de medidas concretas que garantam equidade de acesso e permanência aos estudantes a partir de uma análise crítica dos fatores de raça, etnia e classe na contemporaneidade neoliberal.

Palavras-Chave: Curricularização da Extensão; Instituições de Ensino Superior; Questão Étnico-racial; Realidade Estudantil.

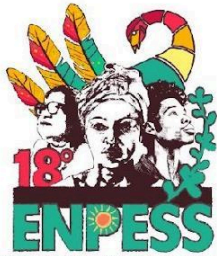
RESUMEN

Este artículo aborda la Curricularización de Extensión En cursos de pregrado, explorando sus impactos en el contexto estudiantil y sus relaciones con la cuestión étnico-racial. A partir de datos sistematizados por el CTT de Curricularización de Extensión De la ABEPSS con las Unidades de Formación Académica en Servicio Social, este trabajo se centra en la necesidad de medidas concretas que garanticen la igualdad de acceso y permanencia de los estudiantes a partir de un análisis crítico de factores de raza, etnia y clase en los tiempos neoliberales contemporáneos.

Palabras-Chave: Curricularización de Extensión; Instituciones de Educación Superior; Cuestión étnico-racial; Realidad estudiantil.

¹ Universidade Estadual do Ceará

² Universidade Federal de Santa Catarina



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo dispor considerações e reflexões críticas acerca do processo da Curricularização da Extensão nos cursos de graduação, do seu impacto na realidade estudantil e dos atravessamentos da questão etno-racial ao longo dos desafios desta modificação curricular. Tendo assim, como base de problematização, dado coletado a partir de pesquisa de campo com Unidades de Formação Acadêmica (UFA)³ em Serviço Social realizada pela Comissão Temporária de Trabalho (CTT) da Curricularização da Extensão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

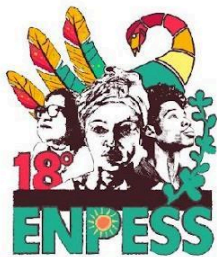
Com a publicação da Resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), foi estabelecido que a extensão deve compor 10% da carga horária total dos cursos de graduação e ser efetivamente colocada como componente curricular obrigatório. Essa medida tinha como prazo o ano de 2022, mas sofreu prorrogações visto a pandemia global de COVID 19. Assim, a ABEPSS tomou frente a um processo de entendimento da extensão para o Serviço Social, ou seja, se colocou no papel de refletir sobre as concepções de extensão e as diretrizes de implementação da extensão como componente curricular as quais devemos nos ater no intuito de resguardar as bases do Projeto Ético-Político da profissão (ABEPSS, 2022).

Assim, compreendemos que o processo de curricularização da extensão em si pode potencializar a formação de maneira a colocar o conjunto dos estudantes em relação direta com a realidade brasileira em suas diversas expressões; potencializar contornos cada vez mais imbricados e indissociáveis na relação teoria e prática, o que já se constitui como importante para todas as áreas de formação.

[...] Contudo, também entendemos que é fundamental referenciar a concepção de extensão aqui proposta como desdobramento dos princípios profissionais que orientam a formação profissional em Serviço Social, pois ainda que os princípios da Política Nacional de Extensão possa ser um norte, é ao mesmo tempo fundamental não deixar que suas brechas resultem em processo de privatização da universidade pública, especialmente em tempo de avanços reacionários sobre a política de educação, a exemplo de projetos como o “Future-se” do atual governo (ABEPSS, 2022, p. 27-28)

No ano de 2022, a CTT da Curricularização da Extensão enviou às Coordenações de Cursos de Graduação em Serviço Social de UFA's filiadas à ABEPSS questionário online (Google Forms) de pesquisa sobre as características do processo de curricularização em suas respectivas instituições. Dentre os questionamentos levantados, averiguou-se quais as medidas que a UFA adotaria para a adaptação da extensão à realidade de vida dos estudantes trabalhadores e do turno noturno. O dado catalogado e base de problematização deste trabalho acadêmico foi justamente a unanimidade de respostas pouco objetivas. Das 7 UFA's que

³ Esta é nomenclatura adotada pela ABEPSS para referir-se às Instituições de Ensino Superior filiadas e que ofertam cursos de graduação presenciais em Serviço Social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

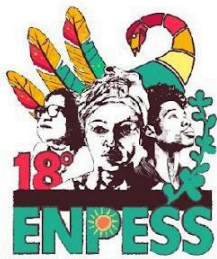
responderam o questionário online, nenhuma apresentou medidas concretas de adaptação da curricularização da extensão à realidade de vida dos estudantes trabalhadores, principalmente do turno noturno.

Eis assim, que surge a necessidade de refletirmos sobre as raízes históricas das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e a reprodução na contemporaneidade de entraves persistentes ao acesso e permanência de estudantes pertencentes a grupos sociais excluídos, marginalizados e oprimidos, assim como as formas de reivindicações de uma educação superior pública e de qualidade. Os processos de adaptação/modificação curricular (como a curricularização da extensão) precisam então ser analisados e constituídos sob a ótica crítica observando as especificidades e acirramentos de raça, classe, etnia, gênero, território e etc. em um contexto de capitalismo em fase neoliberal para que, enfim, possamos alcançar compreensões de totalidade social e propor abordagens resolutivas e contundentes de enfrentamento às desigualdades sociais. Assim, trazemos essa discussão neste trabalho tendo como métodos científicos, além da já citada pesquisa de campo, também pesquisa bibliográfica e documental sobre as temáticas centrais debatidas, permeando então categorias como formação sócio-histórica brasileira, questão etno-racial, instituições de ensino superior, curricularização da extensão e políticas de acesso e permanência.

2 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS COMO ARENA DE DISPUTAS SOCIAIS PARA CONCRETIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIETÁRIOS

É fundamental observar as Instituições de Educação Superior (IES) como um âmbito institucional educacional que garante as condições de reprodução da realidade social a partir da formação dos sujeitos que a ocupam. Assim, é de certo que num contexto de uma sociedade de classes capitalista em constante estado de disputas de forças e luta de classes, as IES públicas são arena de disputas sociais para concretização de projetos societários. Ou seja, a burguesia engendra nestes espaços de formação garantias de sua reprodução e as condiciona à valorização do capital, enquanto a classe trabalhadora às disputa como direito inerente à cidadania, fundamental ao Estado de Direito Democrático e potente instrumento de desenvolvimento sócio-científico rumo às condições de emancipação humana.

Partindo da nossa realidade social, é de certo considerar as intersecções da formação sócio histórica brasileira, principalmente quando observamos as imbricações de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

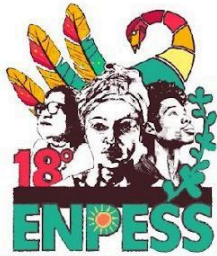
classe, raça e etnia na formação da sociedade de classes capitalista e das expressões da questão social no Brasil, ou seja, considerando a questão étnico-racial como nó constitutivo da questão social brasileira (Gonçalves, 2018). Dessa forma, raça/etnia apresentam-se como fator determinante na realidade social brasileira constituindo eixo central da formação das classes sociais capitalistas, assim, nada mais propício que refletimos sobre a transversalidade da questão étnico-racial na dimensão das disputas por uma educação superior pública, socialmente referenciada e realmente pintada de povo.

2.1 As bases racistas e elitistas das Instituições de Ensino Superior Brasileiras

As primeiras universidades brasileiras tornaram-se realidade apenas no início do séc. XX, porém, com a chegada da Família Real em 1808, o Brasil passou de uma colônia exploratória para *locus* do poder monárquico português e lar das elites imperiais. Deste modo, já no séc. XIX, surgem as primeiras escolas de ensino superior (ex. a Escola de Cirurgia da Bahia em 1808), sendo consideradas espaços de educação especializada, construção do conhecimento e pensamento científico, aprendizagem, formação profissional, elevação do *status quo* e do capital cultural. Antes da criação das escolas de ensino superior e universidades brasileiras, a família que quisesse que seu membro obtivesse estudo superior deveria mandá-lo para a Europa a fim de que lá obtivesse o aparato educacional necessário para se transformar num acadêmico e/ou profissional. Na nova fase que adentrava o Brasil após tornar-se sede do poder monárquico e, posteriormente, Império “independente” em 1822, as escolas de ensino superior tinham papel estratégico tendo por objetivo atender as carências de mão de obra especializada para a reprodução da realidade social imperial-escravista (Carvalho, 2010).

É importante frisar, como destaca Carvalho (2010), que estas primeiras escolas não foram concebidas como instituições de ensino superior populares, mas sim como instituições de ensino superior da elite e com estruturação interna semelhante às das instituições de ensino superior europeias. Serviam para o letramento daqueles que detinham o poder econômico, social e político a fim que garantissem que seus filhos e seus semelhantes pudessem ter a capacitação necessária para dar continuidade ao projeto de nação Brasil cunhado ainda na colonização.

Diante disso, podemos entender que estas instituições estão historicamente sujeitas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a uma ocupação das elites brasileiras, condicionadas à hegemonização ideológica da burguesia brasileira e seu *modus operandi*. Tendo-as, assim, como centro de formação do pensamento hegemônico eurocêntrico higienista e local para a formação acadêmica dos filhos da elite que acabam por ocupar os espaços de poder no Estado e as profissões de maior prestígio na sociedade (Souza, 2017).

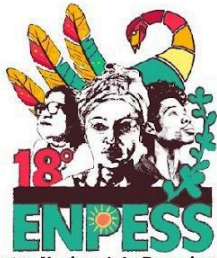
Com o fim do império e esgotamento da escravidão como motor econômico principal, a aurora republicana brasileira é o momento que o país adentra mais profundamente na modernidade, no marco histórico de uma série de transformações socioeconômicas e sociopolíticas agora como sociedade de classes capitalista e de trabalho “livre”. Cresce o número de escolas de ensino superior e nascem então as universidades no início do séc. XX, modeladas com base nas universidades europeias, com objetivo de formação de mão de obra especializada para os setores estratégicos do capitalismo brasileiro e da burocracia estatal (Medicina, Direito, Engenharia, Serviço Social e etc.) (Ferreira, 2019).

É importante lembrar que o Brasil passou por uma Abolição Inacabada, sendo assim, reatualizou e manteve vigente o racismo e suas expressões multiformes na realidade social reverberando em discriminações e desigualdades étnico-raciais latentes. O racismo foi institucionalizado na fase imperial e republicana levando a uma operacionalização diferenciada das políticas públicas, tendo como divisor fatores de classe, raça e gênero. Como aponta Madeira (2014):

Com a abolição da escravatura, o/a negro/a adquiriu a simbólica condição de cidadão livre, mas teve de enfrentar situações adversas, tanto econômicas quanto socioculturais. A partir das primeiras décadas do século XX, a sociedade do trabalho livre via isso melhor se configurar; no entanto, embora o lugar social de negros e negras tenha mudado, por não serem mais mercadoria, porém produtores de mercadorias pela força de trabalho, não vai se diferenciar largamente da condição primeira de escravizado, pois acompanhadas da abolição outras prerrogativas deveriam ter sido dadas, como iniciativas do Estado para eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, sob a garantia da igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensação de perdas provocadas pela discriminação e pela marginalização por motivos raciais e étnicos. Caberiam acesso à terra, escolarização e educação para o trabalho na insurgente sociedade industrial (p. 244).

A população indígena também pode ser identificada como alvo de uma sistemática marginalização ou exclusão e afastamento dos direitos inerentes à condição cidadã e até mesmo humana, tanto no contexto colonial, imperial e do desenvolvimento capitalista brasileiro (Pankararu 2022).

O que se apresenta é o distanciamento das populações não-brancas de padrões dignos de trabalho e de vida e de acesso a direitos básicos como saúde, assistência social e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

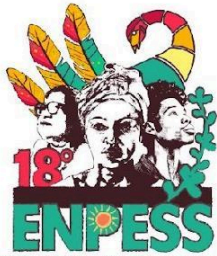
educação. Assim, ao passo que as IES públicas moldaram-se numa lógica de ocupação majoritariamente dos sujeitos brancos de classe média e alta, foi sendo minoritariamente ocupada pelas parcelas mais precarizadas da população, negro/as e uma total ausência indígena (Bastos, 2009).

2.2 Rompendo com a exclusão social e conquistando acesso à direitos

Nesse sentido, vociferavam reivindicações por todo o séc. XX, com maiores expressões na segunda metade do século, dos movimentos negros e de lutas antirracistas pela reparação de uma dívida histórica do passado criminoso de colonialismo e quase quatrocentos anos de escravidão, evidenciada pelos índices de desigualdades sociorraciais, ampliação da miséria e extrema pobreza entre a população negra, bem como a naturalização das hierarquias raciais e ocupação dos espaços de poder e privilégio pelos grupos raciais brancos. É cobrada atenção para o racismo estrutural herdado de um violento processo colonizatório, de escravidão e de abolição inacabada, à ausência de negro/as e indígenas nos espaços de educação superior e em espaços de tomada de decisão. Ou seja, os movimentos negros e antirracistas brasileiros “contribuíram decisivamente para a destituição da ideia generalizada de que o Brasil constituía uma democracia racial [...]” (Madeira; Medeiros, 2018, p. 230).

Com a finalização da Ditadura Civil-Militar e promulgação da Constituição Federal Cidadã (1988), o Brasil agora parte para um regime democrático com a universalização da cidadania e dos direitos inerentes à ela, lançando mão de uma gama de políticas públicas sociais referenciadas nos Direitos Humanos com o intuito de efetivação de direitos universais básicos (assistência social, saúde, habitação, educação e segurança), promoção da equidade e da Justiça Social. No campo educacional a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação concretiza a Educação brasileira como direito básico, responsabilidade do Estado, socialmente referenciada e voltada “supostamente” para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, crítica, diversificada e igualitária. Porém, os caminhos para a supressão e aniquilação do racismo e suas formas de enraizamento são longos, complexos e contraditórios, marcados por uma alternância de forças e tentativas de conciliação. É necessário uma busca contínua pela retratação e correção das configurações sócio organizacionais do país, frente a uma evidente desigualdade social e racial.

A partir de vários fatos e conteúdos históricos internacionais e nacionais no final do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

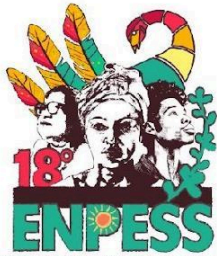
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

séc. XX e início do XXI, como a comemoração do centenário da abolição da escravidão em 1988, a comemoração do Brasil 500 anos (no ano de 2000), as lutas dos movimentos negros, a participação do Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata de 2001 em Durban na África do Sul (no qual o Estado brasileiro reconhece o racismo institucional no país), foram tomadas iniciativas com o propósito de diminuir uma gama de desvantagens socioeconômicas e preconceitos impostos à população negra e indígena brasileira. Novamente, é a partir da organização política dos não brancos e brancos adjuntos da luta antirracista que foi realizada pressão sobre o Estado para a concretização das prerrogativas de igualdade descritas na Constituição. Esta demanda por intervenções estatais específicas na realidade social ganham força durante os governos do PT (Lula e Dilma), quando são criadas uma série de mecanismos que visam a igualdade racial. Sobre isto, Madeira (2014) afirma que:

A formulação e prática dessas políticas ganharam maior espaço e força a partir dos anos 2000, com o início do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com status de ministério e tendo como objetivo formular e coordenar políticas e articular ações do governo federal de combate à discriminação e à desigualdade racial. [...] Em 2010 foi criado o Estatuto da Igualdade Racial, Lei no 12.288 (BRASIL, 2010), importante marco legal ao definir discriminação racial como a exclusão, distinção, restrição ou preferência baseada na etnia, descendência ou origem nacional. Estabeleceu, também, a desigualdade como sendo toda situação injustificada de diferenciação de acesso e de oportunidades em virtude de etnia, descendência ou origem nacional (p. 155).

Inicia-se então uma jornada institucional que colocou como objetivo a criação de possibilidades para as populações excluídas, exterminadas e marginalizadas acessarem espaços que promovam uma maior mobilidade e/ou ascensão social e o combate às desigualdades étnico-raciais, sendo assim idealizada uma agenda de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Cabe dizer que para o enfrentamento ao racismo e as desigualdades étnico-raciais vale as ações das políticas sociais e públicas tanto universais quanto específicas, ou seja, políticas de ações valorativas, repressivas e afirmativas⁴(Beghin; Jaccoud, 2002). A exemplo de ações afirmativas estão a lei das cotas nas universidades federais (Lei nº 12.711/2012), que estabelece que 50% das vagas universitárias devem ser reservadas a

⁴ Ações Repressivas são as com intuito de combater o ato discriminatório por meio da legislação criminal como a Lei Caó (Lei nº 7.716/1989) que tornou o ato de racismo crime hediondo e inafiançável. As Ações Valorativas tem como designio combater os estereótipos étnico-raciais negativos construídos historicamente, valorizando a pluralidade étnica, como as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que tornam obrigatório o ensino da cultura e história dos africanos, afro-brasileiros e indígenas nos currículos escolares. As Políticas de Ação Afirmativa buscam garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social por tempo determinado (BEGHIN; JACCOUD, 2002).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estudantes provindos da rede pública de ensino e/ou de baixa renda (cotas sociais). A modalidade de cotas raciais nas universidades é concretizada como uma sub-cota, ou seja, instaura que uma parcela das vagas reservadas para estudantes do ensino público e/ou de baixa renda seja ocupada por pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas. Um importante avanço legislativo institucional, fruto de reivindicações dos movimentos estudantis, para efetivar uma maior democratização do ensino superior brasileiro foi o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Decreto Nº 7.234/2010). Tal iniciativa teve grande impacto na pauta de acesso e permanência das universidades, estabelecendo diretrizes normativas de intervenção institucional para promover garantias de permanência universitária de estudantes em condição de vulnerabilidade social. Como descrito em seus art. 2º e 3º:

Art. 2º. São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º. O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º. As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

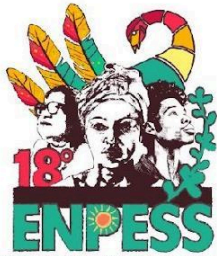
X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Tais legislações, tanto Lei de cotas quanto PNAS, serviram de base para o desenvolvimento de políticas de cotas e assistência estudantil nas demais universidades e faculdades públicas brasileiras a níveis estaduais e municipais. Essas políticas atendem demandas históricas dos movimentos de luta antirracista que buscam maiores condições objetivas de acesso e permanência das populações racializadas de forma subalterna nos ambientes educacionais.

O que precisamos agora refletir é que diante do avanço do neoliberalismo mais radicalizado (ultraneoliberal) os investimentos na educação pública decaem drasticamente afetando principalmente as políticas de permanência universitária que necessitam de um sólido investimento financeiro e um complexo sistema de operacionalização, visto que atendem demandas múltiplas de um conjunto de desigualdades sociais inter relacionadas. O contexto neoliberal empurra as políticas de assistência estudantil para um caráter focalizado e monetizado, sucinto e pouco efetivo frente às expressões da questão social emergente (Rego; Benevides, 2019).

De acordo com dados do Censo da Educação Superior, do Inep, no ano de 2022 registrou-se o menor número de cotistas em universidades federais nos últimos 10 anos⁵. Além do fator pandêmico que inflamou as expressões da questão social e massificou a pobreza e as desigualdades sociais, é pertinente que consideremos esse dado como resultado também do aprofundamento do processo de neoliberalização brasileiro em fase ultraneoliberal de reação corolária da burguesia sobre o poder público, as políticas sociais e o mundo do trabalho (Behring; Souza, 2020). A capturação cada vez maior do Estado para que sejam efetivadas as reformas necessárias à valorização do capital financeiro, reajustes orçamentários e desvalorização das políticas públicas e sociais desaguam na precarização da política de educação, tornando o acesso e a permanência de estudantes na rede pública de ensino superior mais dificultosos. Tentativas de privatização do ensino superior público, sucateamento e cortes orçamentários combinados com as transformações do mundo do trabalho, flexibilização das relações trabalhistas, desvalorização dos salários, precarização das políticas de seguridade social e ataques aos direitos sociais desaguam numa penalização maior aos estudantes de baixa renda, ou seja, os estudantes cotistas, trabalhadores e não-brancos. Na dimensão da crise no mundo do trabalho sobre o neoliberalismo, Martins (2012) já aponta o grau de

⁵ Ver em: BANDEIRA, Karolini. Número de novos cotistas nas universidades federais tem a maior queda em dez anos, aponta Inep. **O Globo**, Brasília, 23 de outubro de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/10/23/numero-de-novos-cotistas-nas-universidades-federais-tem-a-maior-queda-em-dez-anos-aponta-inep.ghtml>. Acesso em: 29/08/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desvantagens que se encontram as populações racializadas de forma subalterna como a população negra. A flexibilização das relações trabalhistas e das condições de trabalho apresentam-se como fator insidioso de precarização das condições de vida de negros e negras. Nesse sentido, o dado revelado pelo questionário da CTT de Curricularização da Extensão de não haver medidas concretas de adaptação do currículo à realidade de vida dos estudantes trabalhadores é alarmante. Pois, se de um lado a curricularização da extensão projeta uma oportunidade de avanço qualitativo na formação profissional dos/as assistentes sociais, de outro pode representar maiores dificuldades de continuidade na graduação para estudantes já penalizados pelos agravamentos da realidade social capitalista em fase ultraneoliberal.

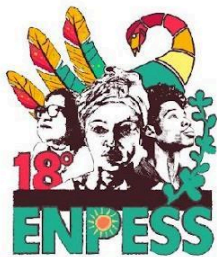
3 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO FRENTE A ANÁLISE CRÍTICA DAS REALIDADES ESTUDANTIS

A partir deste dado manifestado pela CTT, se faz necessário olhar para o corpo discente no processo de implementação da curricularização. De acordo com a Zago (2006), é primordial considerar a concomitância entre trabalho e estudo e identificar a característica de trabalho que esses estudantes estão ocupando.

O acesso à universidade é uma das formas de obtenção do diploma, especialmente para aqueles estudantes de baixo capital aquisitivo, para que possam com mais facilidade adentrar no mercado de trabalho. Nessa perspectiva a concepção do processo formativo tem tido como horizonte a obtenção de melhores empregos para buscar a emancipação através da sobrevivência por via do trabalho.

A sobreposição do trabalho sobre a formação, está presente no cotidiano de muitos estudantes, Zago (2006) afirma, “O tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos” (p. 235), muitos desses estudantes ingressam no mercado de trabalho antes mesmo de iniciar a vida escolar e permanecem nesse ciclo, muitas vezes em atividades braçais, de longa duração e precários. É urgente considerar que esses estudantes, majoritariamente oriundos do ensino público, passam por uma vida escolar com defasagem de ensino, devido à falta de políticas públicas que visem à permanência e à qualidade do mesmo. Frequentemente, esses estudantes que exercem trabalho em tempo integral ou parcial evadem do curso na fase do estágio obrigatório.

Com a intensificação das expressões da questão social, a política de cotas, já



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mencionada anteriormente, representa grande avanço para pensar o acesso dos estudantes nas universidades. No entanto, ao tratar da curricularização da extensão, outros fatores precisam ser considerados, como por exemplo a permanência estudantil e seu financiamento. A qualidade dessa permanência também está relacionada à implementação de uma curricularização da extensão que se alinhe com uma educação emancipatória, sem impor barreiras institucionais que dificultam a interação dos estudantes com a universidade.

Políticas como essa, tem transformado significativamente o ambiente acadêmico, elas são essenciais para promover a diversidade étnico-racial nas universidades, mas é igualmente importante garantir que a permanência dos estudantes negros, trabalhadores, indígenas, estudantes com deficiência, entre outros, seja qualitativa. Essa permanência vai além de simplesmente completar um curso; ela está diretamente ligada à superação de desafios estruturais, como o racismo institucional. É necessário refletir sobre as estratégias que garantam que esses estudantes possam concluir seus estudos sem precisar evadir do curso em detrimento do trabalho.

Um dos fatores essenciais para se analisar a implementação da curricularização da extensão alinhada à educação emancipatória, é observada na ausência de dados sobre os estudantes trabalhadores nesse processo de curricularização, visto que o trabalho exercido pelos estudantes tem a função de garantir sua sobrevivência individual e coletiva. Olhar para esses fatores é também analisar o perfil desses estudantes que constantemente são atravessados pelo avanço do neoliberalismo, que são, em sua maioria, negros, de baixa renda e moradores de áreas periféricas.

A concepção de universidade que defendemos deve seguir o horizonte da emancipação e combate às diversas formas de opressão e exploração, possibilitando o acesso à universidade em sua forma integral, desde o acesso, passando pela permanência, até a conclusão. Que o percurso escolar seja permeado pela vivência universitária e não pela sobrevivência. Que o horizonte seja de uma universidade popular, pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, que combata as opressões e se alinhe à busca por uma nova ordem societária. Para alcançar esse horizonte é necessário garantir o combate efetivo ao racismo e proporcionar aos estudantes o sentimento de pertencimento ao ambiente universitário, formulação de um currículo que se adeque às suas necessidades e expectativas e promoção de espaços formativos que se alinhem com as suas aspirações para além do mercado de trabalho. A autora afirma a necessidade de:

Entender as transformações nas demandas e nas práticas escolares, assim como no perfil dos estudantes na sociedade contemporânea, representa uma necessidade para a pesquisa e as políticas educacionais em todos os níveis de ensino (Zago, 2006, p. 236).

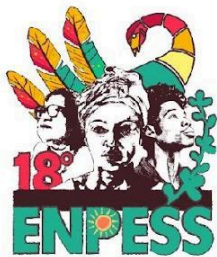
Desigualdades educacionais perpassam a trajetória dos discentes, refletindo contradições entre trabalho, elevação do nível escolar e as políticas de acesso e permanência. A universidade, enquanto espaço de produção de conhecimento, deve comprometer-se a valorizar, respeitar e promover a acessibilidade em todas as suas formas. Isso inclui fomentar a reflexão sobre a presença negra na universidade, abrangendo a diversidade que compõe a população não branca, como os estudantes negros trabalhadores e seu potencial transformador em uma universidade historicamente ocupada por uma maioria branca.

São diversas barreiras e questionamentos que perpassam a curricularização da extensão, é necessário compreender como esse processo formativo vai abraçar a diversidade que se tem no perfil dos estudantes, onde muitos deles são trabalhadores do turno noturno, com vínculos de trabalho diversos, por vezes trabalhos CLT, informais, precarizados, ou estudantes que exercem função remunerada na própria universidade, a ABEPSS (2022), ao refletir sobre a curricularização da extensão e a realidade dos estudantes trabalhadores do curso de serviço social sinaliza que:

Neste sentido, é fundamental que os cursos tenham mapeamentos da realidade das/dos estudantes trabalhadoras/es podendo vinculá-los a atividades de extensão que garantam a sua efetiva participação. Para estas realidades, as estratégias devem dialogar com a realidade, sendo interessante avaliar uma possível distribuição da carga horária a ser cumprida antecedendo a inserção nos períodos em que se desenvolve estágio supervisionado considerando a dificuldade de mobilidade diária das/dos estudantes (ABEPSS, 2022, p.32).

O presente desafio se esboça em adaptar a curricularização da extensão para que, desde as fases iniciais, não ocorra evasão dos estudantes trabalhadores e em como está sendo previsto a materialização considerando a realidade dos estudantes trabalhadores que estudam no turno noturno. Essas são perguntas que não podem estar descoladas do perfil dos estudantes que compõem o curso e nem da conjuntura que intensifica a realidade dos estudantes e dos docentes.

Em resposta a esses desafios impostos pela conjuntura, o documento A Curricularização da Extensão no Serviço Social produzido pela ABEPSS, gestão aqui se respira luta! (2021/2022), apresenta estratégias para implementação da curricularização da extensão nos cursos de serviço social, contemplando assim, estratégias para que estudantes trabalhadores possam participar efetivamente das atividades de extensão, integrando suas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

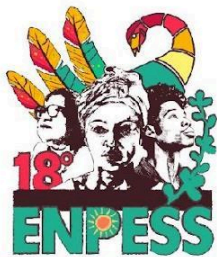
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

realidades e desafios com as demandas do ambiente universitário. Essas estratégias reforçam a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a concepção de uma extensão como um processo educativo, cultural e científico, que tenha como horizonte a extensão popular, voltada para uma educação emancipatória, que vise à democratização do acesso ao ensino e o movimento dialético entre universidade e sociedade, sendo assim, a extensão deve estar vinculada aos interesses da população e neste caso inclui os estudantes trabalhadores que além das complexidades da vida acadêmica enfrentam às explorações cotidianas do mundo do trabalho.

Estas concepções possibilitam uma atuação mais participativa da universidade nos processos de transformação da sociedade, fazendo dos estudantes agentes transformadores da realidade na qual estão inseridos. A partir do documento, podemos concluir que debates contínuos sobre a função da universidade e da concepção de extensão, são necessários para criar estratégias e criticidade sobre o processo formativo e sua implementação, como também conceber a extensão para a troca de saberes entre os conhecimentos da universidade e o conhecimento popular, a articulação com os movimentos sociais de luta alinhados ao projeto ético político do serviço social e com a realidade brasileira, considerando todo o processo de formação do Brasil, para que as práticas educacionais sejam de fato emancipatórias.

Demais estratégias articuladas com as citadas anteriormente, são voltadas para a flexibilidade de organização dos currículos e da carga horária para que as atividades de extensão se adequem a carga horária dos estudantes, como também dos docentes, a fim de não gerar sobrecarga de ambos. Outras estratégias são voltadas para o financiamento e apoio institucional às atividades de extensão para garantir plena participação nas atividades, garantindo uma permanência qualitativa e participativa dos estudantes trabalhadores.

Por fim, é necessário que os cursos planejem a curricularização da extensão a partir de estratégias que abordam a totalidade que cerca os estudantes, docentes, a instituição, o território que está inserido, a conjuntura e o contexto sócio-histórico do Brasil, como também, o diálogo permanente com o corpo estudantil, para garantir que as práticas extensionistas sejam continuamente avaliadas, adaptadas e que suas demandas sejam consideradas no planejamento e implementação da curricularização da extensão, esse diálogo contínuo permite uma democratização das práticas pedagógicas sobre as necessidades reais e cotidianas dos estudantes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CONSIDERAÇÕES FINAIS

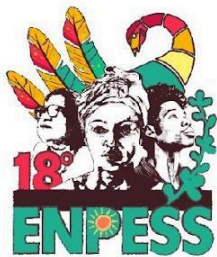
As IES públicas brasileiras, desde suas criações, têm sido palco de profundas disputas sociais, refletindo as complexidades e contradições de um país marcado pela colonização, escravidão e o racismo que ainda permanecem estruturando a vida cotidiana. Originalmente concebidas como espaços elitizados, acessados apenas às camadas sociais mais elitizadas, essas instituições foram historicamente moldadas por uma lógica eurocêntrica que excluía sistematicamente as populações não-brancas. Nas últimas décadas, impulsionada pelos movimentos negros e antirracistas, o Brasil tem testemunhado uma crescente demanda por políticas de reparação dentro do sistema educacional.

Dentro desse contexto, a curricularização da extensão surge como um processo essencial para democratizar o acesso dos estudantes à tríade ensino, pesquisa e extensão. Ao integrar a extensão universitária no currículo dos cursos de graduação,

Essa abordagem ressalta a importância da extensão como um dos pilares do processo formativo, reconhecendo sua contribuição para a formação integral dos/as estudantes e para a concretização de uma educação comprometida com as demandas sociais. A ênfase no tripé ensino, pesquisa e extensão reflete o compromisso com a produção e difusão do conhecimento articulado com a realidade, contribuindo assim para avançar na luta e construção de uma sociedade justa e igualitária. (Moraes; Araujo, 2024, p.3)

Ao se analisar a curricularização da extensão, especialmente à luz das barreiras impostas pelo neoliberalismo e pela precarização das condições de ensino e de vida, visando uma curricularização que não ignore a complexa realidade dos estudantes que conciliam trabalho e estudo, precisamos dispor das determinantes estruturais da realidade social em fluxo de imbricamento de opressões. Classe, raça e etnia convergem na criação de condições de existências de sujeitos sociais, de acesso a direitos e oportunidades. Assim, quando analisamos os efeitos da modificação curricular nas IES, precisamos estar munidos de abordagens teórico-metodológicas que dêem conta de uma realidade complexa em estado de lutas de classe e de racismo estrutural.

Nesse contexto, é importante analisar como a curricularização da extensão pode ser implementada de maneira a considerar as realidades concretas de vida dos estudantes que trabalham, visando compreender como essa iniciativa pode contribuir para a permanência desses alunos nas IES. Para tanto, é crucial entender a sobreposição do trabalho sobre a formação acadêmica, as implicações dessa dinâmica na trajetória dos estudantes e elaborar estratégias para inclusão qualitativa desses estudantes no meio acadêmico. Essa perspectiva, aliada à concepção etno-racial crítica da realidade social, nos coloca defronte uma série de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

enfrentamentos vitais para a garantia de espaços educacionais diversificados e democráticos. De uma educação superior pública, de qualidade, popular e radicalmente referenciada nas perspectivas da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Brasília). **Curricularização da extensão e Serviço Social**. 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social_final_202301261913054487670.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

BANDEIRA, Karolini. Número de novos cotistas nas universidades federais tem a maior queda em dez anos, aponta Inep. **O Globo**, Brasília, 23 de outubro de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/10/23/numero-de-novos-cotistas-nas-universidades-federais-tem-a-maior-queda-em-dez-anos-aponta-inep.ghtml>>. Acesso em: 29/08/2024.

BASTOS, Ana Claudia Marques. Cotas nas Universidades: A defesa de Uma Professora Parda. *In*. HOLANDA, Cristina Rodrigues (org). **Negros no Ceará: história, memórias e etnicidade**. - Fortaleza: Museu do Ceará - SECULT - IMOPEC, 2009. p. 233-239.

BEHRING, Elaine Rossetti; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e fundo público: análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. *In*. SOUSA, A. A. S. de; OLIVEIRA, A. C. O. de.; SILVA, L. B. Da; SOARES, M. (Orgs.). **Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

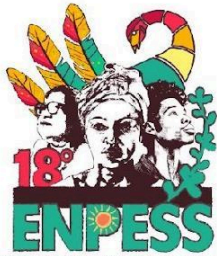
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Casa Civil. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. (Acesso em: 30/07/2024).

BRASIL. **Decreto nº 7.234** de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Casa Civil, Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. - 5ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERRAZ, Anita Pereira. **Serviço Social e Extensão Universitária: reflexões sobre formação profissional**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP); São Paulo, 2019.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. *In*. **R. Katál**,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (org.). **Acesso e Permanência da população negra no ensino superior**. Brasília: Unesco, 2007. 358 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154587>. Acesso em: 05 ago. 2024.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Desigualdades Raciais Como Expressão Da Questão Social No Ceará. In. CUNHA, Aurineida Maria; SILVEIRA, Irma Martins Moroni (Orgs.). **Expressões da questão social no Ceará**. Fortaleza, EdUECE, 2014, p. 239-262.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; MEDEIROS, Richelly Barbosa de. Racismo estrutural e desafios dos movimentos sociais negros na contemporaneidade. In. MACÁRIO, Epitácio; DIAS, Edilyanne; MEDEIROS, Richelly Barbosa de. ALEXANDRE, Tainara. (Orgs.). **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. Fortaleza: EdUECE ; Bauru: Canal 6, 2018. MORAES, Elivania da Silva; ARAUJO, João Victor de Oliveira. A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: perspectivas e práticas nos cursos de graduação em serviço social. In: **V SIMPÓSIO INTERNACIONAL ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**, 2024, Teresina - Piauí, 2024.

PANKARARU, Elizângela Cardoso de Araújo Silva. TRABALHO, EXPROPRIAÇÃO, POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E A LÓGICA DO CAPITAL. In. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 174-190, jan./jun. 2022

REGO, Enny Coêlho; BENEVIDES, Marinina Gruska. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CONTEXTO DE FRAGILIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS. In. **Inter-Ação**, Goiânia, v.44,n.1, p. 151-163, jan./abr. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v44i1.55626>>

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. In. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l], v. 11, n. 32, p. 226-237, ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2024.